

AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E OS IMPACTOS NO BRASIL A PARTIR DE 1990: UMA BREVE ANÁLISE NO MUNICÍPIO DE PELOTAS/RS

Miria da Rocha¹

Carlos Eduardo Arns²

Resumo: O presente artigo tem como propósito analisar transformações ocorridas no âmbito do trabalho no Brasil e seus reflexos em postos de trabalho das principais atividades da economia do município de Pelotas/RS a partir de 1990. Para tanto, utilizou-se da literatura sobre o tema e dos dados organizados e sistematizados pelo Observatório Social do Trabalho da UFPel. O processo de acumulação flexível e o toyotismo trouxeram consequências como desemprego em massa, alta exigência de qualificação profissional, perda de direitos trabalhistas, causando repercussões significativas na vida do trabalhador. Esses fatores atingiram praticamente todos os países e o Brasil teve seu período de crise acentuado a partir da década de 1990, em consequência das medidas neoliberais. Do mesmo modo, em Pelotas a economia local foi atingida em seus principais setores, como ficou evidenciado, especialmente na indústria de alimentos.

Palavras-chave: neoliberalismo, reestruturação produtiva no Brasil, trabalho em Pelotas-RS

Abstract: The purpose of this article is to analyze the transformations that occurred in the work environment in Brazil and their effects on jobs in the main activities of the city of Pelotas / RS from 1990 on. theme and data organized and systematized by the UFPel Social Labor Observatory. The flexible accumulation process and toyotism brought consequences such as mass unemployment, high demand for professional qualification, loss of labor rights, causing significant repercussions on workers' lives. These factors affected virtually all countries and Brazil had its period of severe crisis since the 1990s, as a result of neoliberal measures. Similarly, in Pelotas the local economy was hit in its main sectors, as evidenced, especially in the food industry.

Keyword: neoliberalism, productive restructuring in Brazil, work in Pelotas-RS

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas (UCPEL). Mestra em Política Social e Direitos Humanos na Universidade Católica de Pelotas (UCPEL). E-mail: miriar07@gmail.com

² Graduado em Agronomia pela UFSC, mestre em Desenvolvimento Regional pela UNUSC e doutorando em Política Social e Direitos Humanos na Universidade Católica de Pelotas (UCPEL). E-mail: tche@unochapeco.edu.br

Introdução

As transformações do sistema capitalista acarretam mudanças no mundo do trabalho, entre elas “o modelo de regulação social-democrático, que deu sustentação ao chamado Estado de Bem-Estar Social, em vários países centrais, vem também sendo solapado pela (des) regulação neoliberal, privatizante e anti-social” (ANTUNES, 2000, p. 175). Para Costa, o sistema neoliberal é caracterizado por:

[...] um movimento político e ideológico que busca criar legitimidade e manter os avanços da globalização econômica, justificando a desigualdade social a partir da ideia de diferenças naturais. O Estado está no centro da disputa neoliberal, pois como movimento político ideológico visa essencialmente usar o poder político para dar liberdade de ação para o grande capital (COSTA, 2006, p. 77).

O objetivo do texto é analisar as transformações que ocorreram no âmbito do trabalho no Brasil e alguns de seus reflexos nos postos de trabalho das principais atividades econômicas do município de Pelotas-RS a partir de 1990. As reflexões estão consubstanciadas em literatura sobre o tema e nos dados organizados e sistematizados pelo Observatório Social do Trabalho da Universidade Federal de Pelotas³ (UFPel), a partir de fontes largamente conhecidas como IBGE (Censo e PNAD), MTE (RAIS).

218

Para dar conta desta reflexão, o presente artigo está subdividido em dois tópicos. O primeiro irá abordar as transformações ocorridas no mundo do trabalho em decorrência das soluções do capitalismo para a crise, pela acumulação flexível no toytismo, pois através destes processos ocorreram as transformações no mundo do trabalho na sociedade moderna. Aborda também, as novas configurações no mundo do trabalho no Brasil, especialmente a partir da década de 1990, marcado pelo forte impacto do neoliberalismo em nosso país.

O segundo tópico discute as transformações no trabalho ocorridas em Pelotas/

3 O *Observatório Social do Trabalho* é um projeto de pesquisa, ensino e extensão que desenvolve um conjunto de atividades acadêmicas e não acadêmicas focalizadas no monitoramento e análise das transformações do trabalho e do emprego na região sul do Estado do Rio Grande do Sul. Dentre seus trabalhos destaca-se o âmbito da pesquisa social, do monitoramento das transformações do mundo do trabalho em escala regional, na produção de indicadores, estudos e análises sobre o mundo do trabalho, utilizando como fontes de dados quantitativos, as bases de dados das instituições públicas e privadas brasileiras, tais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, o Ministério da Previdência Social – MPS, o Sistema Nacional de Emprego – SINE, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, a Fundação de Economia e Estatística – FEE do Estado do Rio Grande do Sul, o Ministério Público do Trabalho, a Justiça do Trabalho, dentre outras instituições relevantes. Seu trabalho fica disponibilizado na forma de Informativos; relatórios mensais, semestrais e anuais; estudos comparativos entre períodos, de segmentos sociais, dentre outros. Para isso conta com a parceria Instituto de Filosofia, Sociologia e Política – IFISP/UFPel Instituto de Ciências Humanas e da Informação – ICHI/FURG. Fonte: <https://wp.ufpel.edu.br/observatoriosocial/sobre/>. Acessado em agosto de 2019.

RS a partir de 1990, como o aumento do desemprego, resultante da desintegração de algumas das principais indústrias de setores importantes da economia local e da consequente internacionalização do capital.

1. As transformações no mundo do trabalho: uma análise do Brasil a partir de 1990

Segundo Antunes (2000), na década de 1980 os países de capitalismo avançado sofreram grandes mudanças no setor de trabalho. O taylorismo e o fordismo se mantiveram na grande indústria capitalista ao longo do século XX, apresentando como características a produção em massa, através de uma linha de produção. Além disso, o sistema fordista visava à produção acelerada e a especialização do trabalhador em uma determinada tarefa. As máquinas ditavam o ritmo de trabalho, e este se caracterizava como repetitivo, inexpressivo, degradado e exaustivo, pois eram desempenhadas tarefas mecânicas; importante mencionar aqui a sátira e crítica de Charles Chaplin, em seu clássico filme "tempos modernos" (Modern Times, 1936) onde é demonstrada a inexpressividade dos trabalhadores frente ao sistema contemporâneo, que tinham excluídas sua dimensão criativa. A rigidez deste modo de produção causou insatisfação nestes operários, que tinham seus saberes eliminados.

219

A crise do capital trouxe a necessidade de reorganização produtiva e financeira do capitalismo, conduzidas pelas políticas e orientadas pelos ideais do neoliberalismo, promovendo as privatizações de serviços estatais e desregulamentação dos direitos trabalhistas. A nova organização do trabalho (pós-fordista) é denominada de toyotismo, onde o trabalhador passou a ser polivalente, operando simultaneamente várias máquinas, aumentando a produção, sem aumentar o número de trabalhadores.

A acumulação flexível acabou trazendo consequências negativas na sociedade capitalista, como desempregos, terceirização do trabalho, perda de direitos trabalhistas etc. Ao contrário do fordismo, o toyotismo é voltado e conduzido pela demanda tendo uma produção variada e pronta para suprir o consumo; esta produção sustenta-se na existência do estoque mínimo. Há uma intensificação da exploração do trabalho, pois os operários atuam simultaneamente com várias máquinas diversificadas sobrecarregando ao máximo cada operário. O sistema toyotista estrutura-se através de um número mínimo de trabalhadores, ocorrendo horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratações. Existe ainda a redução do salário e degradação da proteção social nas fábricas, apoiando-se na terceirização (ANTUNES, 2000). A partir dessa lógica de produção enxuta e flexível, as mudanças no mundo do trabalho atingiram todas as

categorias profissionais.

Conforme aponta Bredow e Pereira (2016, p. 3) “o impacto das políticas de flexibilização do trabalho, nos termos da reestruturação produtiva tem se mostrado como um grande risco para toda a classe trabalhadora”. Para Serafim Gomes (2011, p. 56) os processos de reestruturações produtivas “são transformações que vêm ocorrendo na indústria, sejam de ordem técnica ou do ponto de vista do trabalho e também na lógica espacial”. Para a autora, a reestruturação é um processo dialético, algo dinâmico onde coexistem elementos do “velho” e do “novo” na mesma empresa, ou seja, “características do fordismo e da produção flexível”.

O fenômeno conhecido como a Terceira Revolução Industrial⁴ foi o ponto-chave do desemprego, intensificando a substituição da força de trabalho humana por máquinas. É indiscutível que as novas tecnologias trouxeram melhorias, mas, sem dúvida, impacta negativamente sobre a classe trabalhadora, especialmente para o assalariamento formal. A revolução tecnológica desqualificou ramos produtivos, atividades, práticas e tecnologias, com seus trabalhadores, mas, simultaneamente, também qualificaram outras, cada vez com menor número de trabalhadores e com menor autonomia em relação ao capital. Algumas profissões ficaram à margem da exclusão e outros como fotógrafos de praça, alfaiates, sapateiros desapareceram ou foram desqualificadas e passaram a integrar o contingente de desempregados estruturais (ATAÍDE, 2012). Neste sentido, em decorrência do crescimento de desemprego aumentou significativamente a violência nas cidades.

220

No Brasil, o processo de reestruturação produtiva inicia a partir de 1970, após a crise do modelo baseado na “substituição de importações”. Este processo revela a crise do fordismo e a elaboração de um novo padrão de regulação e acumulação. Teve início com a implementação de práticas inspiradas no toytismo. Nos anos de 1990 tem-se um trabalhador mais polivalente e qualificado; observa-se novas formas de implementação do trabalho, com subcontratados, terceirizados, temporários, enfim, formas poupadoras de mão-de-obra, objetivando atender às novas exigências de

4A Primeira Revolução Industrial iniciou na Inglaterra por volta de 1750. Neste período as atividades comerciais gerenciavam o ritmo da produção. O crescimento da riqueza e a expansão do comércio internacional possibilitaram a instalação de indústrias e o financiamento do progresso técnico. Iniciou-se o processo de mecanização, ou seja, a mudança da manufatura para o sistema fabril. A criação das máquinas e o uso do carvão mineral para transformar em energia mecânica para o funcionamento destas máquinas representou um enorme avanço nas técnicas utilizadas para a produção de mercadorias, o que provocou o aumento da produção. (BEZERRA, 2018). **A Segunda Revolução Industrial** surgiu com o progresso tecnológico e científico ocorridos na Inglaterra, Estados Unidos e França, aproximadamente na segunda metade do século XIX. Entre 1850 e 1950, a procura por invenções e descobertas foi longa, representando maior conforto para o homem. O mundo todo passou a consumir produtos industrializados fabricados pelas grandes potências mundiais. Para aumentar a lucratividade levou-se ao extremo a especialização do trabalho; houve aumento da produção, onde passou-se a produzir artigos em série. (Fordismo) (BEZERRA, 2018).

competitividade, visando o aumento da produtividade e a melhoria da qualidade de seus produtos para competir com as mercadorias vindas do exterior (SERAFIM GOMES, 2011).

O processo de reestruturação produtiva intensifica nos anos 1990 por dois fatores: pela crise econômica no mercado interno e pela política de abertura adotada pelo governo Collor. Isto levou as empresas a buscarem inovações mais efetivas, estratégias de produtividade e qualidade para fazer frente à concorrência internacional. Nesse contexto, elas foram pressionadas a investir em modernização de sua produção ou ficaria "fora" (SERAFIM GOMES, 2011, p. 61).

Segundo Costa (2006, p. 79) no Brasil, com as reformas do Estado na década de 1990, "a agenda neoliberal passou a imperar nos discursos reformistas, propondo reduzir a atuação do Estado como a única alternativa possível para a modernização do país". Para Turmena (2009, p. 114), "[...] na década de 1980 o Brasil completou sua industrialização sob o padrão fordista. Período em que nos países centrais este padrão já estava superado". Apesar disso, na década de 1990 o Brasil ingressa num processo de transformação, buscando uma economia competitiva.

As reformas neoliberais ocorridas na virada da década de 1990 executadas no governo Collor e o cenário macroeconômico marcado pelo baixo crescimento econômico e juros elevados favoreceram a degradação do mercado de trabalho acarretando alto índice de desemprego e "[...] deterioração dos contratos salariais devido à expansão da informalização e da terceirização nas grandes empresas, visando reduzir custos" (ALVES, 2009, p. 190).

Para o mundo do trabalho, tornou-se bastante adverso o cenário social e político devido à política autocrática do governo Collor visando destruir o sindicalismo, principalmente de categorias organizadas que resistiam a medidas drásticas que atingiam direitos do trabalho (no caso de empresas estatais e setor público) (ALVES, 2009, p. 190).

Segundo este mesmo autor, neste período as negociações coletivas impostas pelo patronato obrigaram o sindicalismo a abandonar as greves gerais e voltar-se para greves por empresa. As reivindicações sindicais objetivavam preservar direitos ameaçados pelo neoliberalismo. Assim, crescem, no período de 1993 a 1999, as greves por emprego, pela jornada de trabalho e por motivo sindical. Na década de 1990 ocorreu a diminuição de empregos gerados pelo setor industrial. No setor metal-mecânico em São Paulo, reduziu-se drasticamente a geração de postos de trabalho (ALVES, 2009).

Nos governos de Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso as medidas neoliberais de aberturas comerciais destruíram cadeias produtivas na indústria fechando empresas, pois estas não conseguiam concorrer com produtos estrangeiros. Em 1994, com o Plano Real, a economia brasileira foi estabilizada alterando o ambiente de trabalho nas empresas com a disseminação de novas tecnologias de produção decorrentes do toyotismo. No entanto, apesar da estabilização econômica a “[...] reforma Administrativa do Estado sob a gestão neoliberal significou a precarização do trabalho do assalariado do setor público” (ALVES, 2009, p. 194).

A insegurança no emprego, na renda, no mercado de trabalho, na contratação, na organização sindical, adquire particularidades mais graves, pois ao desemprego que resulta de novas tecnologias, integra-se o “persistente desemprego estrutural, as relações de trabalho presididas pela violência, a luta pela terra, o trabalho noturno, as relações de trabalho clandestinas, o trabalho escravo, que passam a adquirir certa ‘máscara de modernidade’ [...]” (IAMAMOTO, 2004, p. 33).

Mattos *et al.* (2018) aponta que nos anos 2000 o mercado de trabalho brasileiro passou por significativas transformações, distinguindo-se em importantes aspectos do receituário neoliberal clássico. Nos dois mandatos do Presidente Lula da Silva (2003-2010) “foram gerados quase 11 milhões de postos de trabalho com carteira assinada, ao mesmo tempo em que a taxa de desemprego diminuía velozmente [...]” (p. 29). No período 2003-2014 cresceu a renda real do trabalho. O perfil distributivo demonstrou sinais de melhorias neste período. De 2002 a 2013 reduziu-se a informalidade do mercado pois o governo criou aproximadamente 17 milhões de ocupações. “O indicador de formalização do mercado de trabalho assim medido saltou de 39,9% do conjunto dos ocupados em 2002 para 51,0% em 2013” (MATTOS *et al.* 2018, p. 32) que reverteu a expansão da informalidade que ocorria desde o início dos anos 1980, persistindo por todos os anos 1990. Neste sentido, conclui-se que:

[...] o crescimento da economia, ao lado da expansão das políticas públicas, entre as quais se inclui a valorização real expressiva do salário mínimo, e o próprio aquecimento do mercado interno, potencializado pela expansão da massa salarial e pela trajetória de redução da taxa de desemprego, tornaram possível reverter o processo de informalização das relações de trabalho que vinha ocorrendo desde o início dos anos 1980 e que haviam marcado as duas últimas décadas do século XX (MATTOS *et al.* 2018, p. 32-3).

No primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2015) mudou a conjuntura externa e, a política econômica utilizada mostrou-se incapaz de proporcionar o crescimento da atividade industrial e de fomentar os investimentos do setor privado. Mesmo assim, os principais indicadores do mercado de trabalho permaneceram positivos, apesar de

decaírem em relação às transformações realizadas no governo de Lula. Entretanto, no final de 2014, institui-se uma crise política no Brasil, levando ao afastamento da presidente reeleita e a posse de Michel Temer, que adota “aceleradas mudanças nas políticas sociais e na regulação do mercado de trabalho, em favor de uma redução de direitos sociais e trabalhistas e sob o argumento de que tais medidas levariam à recuperação do emprego e da renda dos brasileiros” (MATTOS *et al.* 2018, p. 29).

No Brasil, até 2015, ocorreu o aumento de empregos com carteira assinada. Algumas medidas colaboraram com a melhora da qualidade dos vínculos empregatícios como a política de valorização do salário mínimo. “Com a crise, a partir de 2015, voltou a crescer a precarização no mercado de trabalho brasileiro. Desde então, novas e antigas formas de precarização se expandiram (os trabalhadores em aplicativos)” (DIEESE, 2019, p. 3).

Em 2017, foi realizada no Brasil, uma ampla reforma trabalhista, com a finalidade de desregulamentar, diminuir ou retirar inúmeros direitos relacionados às condições de trabalho. A reforma criou contratos de trabalho precários, tanto pela insuficiência de horas trabalhadas como pela possível redução de direitos. Neste sentido, reduziu garantias relacionadas ao salário, às férias, à equidade salarial e proteção às mulheres lactantes; inseriu medidas que simplificam a demissão, reduzindo a possibilidade de os trabalhadores exigirem seus direitos trabalhistas na Justiça do Trabalho. “Além disso, aprovou pontos com repercussão negativa na organização sindical e no processo de negociação coletiva” (DIEESE, 2019, p. 2).

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos aponta ainda que “a justificativa do governo e de setores do Congresso Nacional que aprovaram essa reforma foi de que o emprego voltaria a crescer. Com as novas regras, a expectativa era de criação de 6 milhões de empregos [...]” (DIEESE, 2019, p. 3). Entretanto, dois anos após a implantação das medidas, não foram gerados tais empregos e o mercado de trabalho permanece se deteriorando justamente em função da Reforma.

Na atual conjuntura, o governo tem como proposta para geração de empregos a Medida Provisória 905⁵. Conforme Santos⁶ (2019, s/p.), com esta MP, o governo promete possibilitar a “contratação de 4 milhões de jovens e reduzir a taxa de desemprego de mais de 12% para 10%, e reduzir a informalidade. Segundo o próprio governo, a taxa de desocupação entre jovens chega a ser de 20,8%, totalizando 5,7 milhões de jovens

5 A Medida Provisória 905/2019 institui em seu artigo 1º que “o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, modalidade de contratação destinada à criação de novos postos de trabalho para as pessoas entre dezoito e vinte e nove anos de idade, para fins de registro do primeiro emprego em Carteira de Trabalho e Previdência Social. [...] Para fins da caracterização como primeiro emprego, não serão considerados os seguintes vínculos laborais: I - menor aprendiz; II - contrato de experiência; III - trabalho intermitente; e IV - trabalho avulso” (BRASIL, 2019, s/p.).

6 Consultor legislativo, advogado e membro do corpo técnico do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP).

na faixa etária a ser coberta”. Porém, tal proposta não deve criar vagas na quantidade e qualidade necessárias, mas, pelo contrário, pode propiciar a rotatividade, com o custo adicional de diminuir direitos, tendo efeitos negativos para a saúde e segurança dos trabalhadores. Estas mudanças são uma nova reforma trabalhista.

Costa e Amorim (2019) assinalam que a MP 905, com a justificativa de estabelecer o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo altera aproximadamente 60 artigos e 150 dispositivos da CLT e revoga outros 37 atuais dispositivos do principal diploma trabalhista do Brasil, além de várias outras mudanças nas leis trabalhistas.

Conforme assinala o DIEESE (2019, p. 5) a MP 905 acompanha a inspiração ultraliberal e de desmonte de direitos do atual governo e de seu ministro da economia: “redução do papel do Estado na economia; desregulamentação e supressão de direitos; fortalecimento da esfera privada em detrimento da pública e da ação do indivíduo em detrimento da ação coletiva”. Destaca-se ainda que esta MP está em desacordo com o recomendado pela Convenção 144 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que determina o efetivo diálogo tripartite para modificação das normas trabalhistas. Ademais, esta MP resgata propostas rejeitadas anteriormente pelo Congresso Nacional em outras Medidas Provisórias editadas em 2019, por exemplo, a liberação do trabalho aos domingos e feriados. O DIEESE (2019, p. 5) destaca ainda que “a MP 905/2019 não tem instrumentos que possam intervir positivamente nesse cenário para reverter a crise do mercado de trabalho brasileiro. Ao contrário, tem potencial para aumentar o desemprego e a precarização”.

224

A nota pública da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) sobre a MP 905/2019 aponta que, dois anos depois da vigência da Reforma Trabalhista⁷, que modificou artigos e dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho para extinguir e reduzir direitos dos trabalhadores brasileiros, os dados estatísticos do mercado de trabalho mostram que “nenhuma melhoria nos dados de emprego se alcançou com as ditas reformas. O que vemos, atualmente, e os dados do IBGE são cristalinos, é o aumento da informalidade no “mercado de trabalho” e a manutenção dos altos níveis de desemprego em todo o país” (COSTA; AMORIM, 2019, p. 2).

Sendo o Brasil um país “em desenvolvimento”, de dimensão continental, bem como profundamente heterogêneo, o avanço do modo capitalista de produção e as transformações por ele impostas, também ocorrem de forma diferenciadas em suas regiões, estados e municípios, mantidas as condições estruturais do sistema. Neste sentido, especialmente a partir dos anos de 1970 e 1980, a região sul do país estrutura fortemente o modo capitalista de produção no espaço rural, através de instalação

⁷ Lei nº 13.467/2017, que modificou mais de 100 artigos e cerca de 200 dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho.

dos grandes monocultivos (soja, trigo, milho, cana-de-açúcar, frutas, reflorestamentos, dentre outras) associados a um forte complexo agroindustrial e com a industrialização nos grandes centros urbanos. A seguir serão abordadas algumas reflexões relacionadas às mudanças no mundo do trabalho em Pelotas/RS a partir de 1990.

2. As transformações no mundo do trabalho: uma análise do município de Pelotas a partir de 1990

Pelotas é um dos municípios de destaque do Rio Grande do Sul e encontra-se inserida no Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Sul - COREDE SUL, que também se constitui na Região Funcional 5 enquanto unidade de planejamento do governo do estado do Rio Grande do Sul. Conforme estudo de Silveira *et al.* (2014), a região possuía em 2010 uma população de 843.206 habitantes, que representava 8,8% da população total do estado, dos quais 83% residiam no meio urbano e 16% no meio rural. Na região, as cidades de Pelotas e Rio Grande se destacam, constituindo o grupo das maiores cidades do estado gaúcho, que juntamente com os municípios de Capão do Leão, São José do Norte e Arroio do Padre, concentram 68% da população regional, constituindo a microrregião Sul do Rio Grande do Sul. Atualmente estima-se para Pelotas uma população de 342.405 pessoas, ficando situada em 69º entre os 5.570 municípios do país, como 3º maior município no estado do Rio Grande do Sul e o 1º município na microrregião do IBGE (IBGE cidades, 2019).

225

Na regionalização administrativa do estado do Rio Grande do Sul - o COREDE Sul é composto por 22 municípios, representando apenas 5% no total do PIB entre as 29 regiões do total do PIB do Estado. Apresenta como característica econômica principal a estrutura portuária, considerada a maior e mais importante da América Latina, destacando-se ainda o potencial de expansão do setor industrial ligado ao petróleo, gás e a produção de energia eólica. Outro componente importante de sua economia é o setor agropecuário, com destaque para a produção de arroz e a pecuária. No entanto, a região perdeu participação econômica em relação às demais regiões do Estado ao longo século XX, fruto do processo de integração da economia nacional e da competitividade provocada pela ampliação e melhoria da infraestrutura do Estado iniciado nos anos 1950 (SILVEIRA *et al.*, 2014).

O município de Pelotas, que desde o século XIX até o início do século XX era uma das principais forças econômicas do Rio Grande do Sul, não foi capaz de acompanhar o crescimento econômico do Estado e de outras regiões gaúchas. No início do século XX Pelotas e Rio Grande ainda tinham grande destaque pelas participações relativas

e altos valores no PIB gaúcho e PIB *per capita*. Pelotas contava com uma economia forte, obtendo em 1939 o segundo maior PIB do Estado, perdendo apenas para Porto Alegre. No entanto, ao longo da história, de 1939 a 2009 viu sua economia regredir gradativamente, como aponta Tejada e Baggio (2013, p.120).

Dentre os diversos fatores apresentados como determinantes do baixo desenvolvimento da metade sul destacam-se: baixo empreendedorismo e grande conservadorismo dos proprietários de terra da região, baixa densidade demográfica, estrutura produtiva latifundiária, inexistência de economias de aglomeração, falta de integração entre os setores da região e mercado limitado.

O estudo de Tejada e Baggio (2013) permite uma boa compreensão da economia do município de Pelotas, demonstrando que durante o período de 1930-2009 na sua estrutura econômica:

(...) o setor agropecuário apresentou um enorme decréscimo em sua participação, passando de 21,59% para 3,62%. Já o setor da indústria iniciou com uma parcela de 17,52% em 1939, tendo seu pico nos anos 1980 e fechando 2009 com 18,00%, praticamente o mesmo valor de 1939 (...). Somente o setor de serviços obteve um crescimento mais expressivo em sua parcela de participação, passando de 60,89%, em 1939, para 69,97%, em 2009 (TEJADA; BAGGIO, 2013, p. 128 e 29).

226

A partir da abordagem da Geografia do Comércio (comércio como produtor de espaço), Peter (2010) realiza interessante estudo buscando explicar um conjunto de mudanças estruturais na cidade de Pelotas-RS em seu longo processo de formação econômica. De modo sucinto, busca-se adaptar aqui as distintas fases em cinco grandes períodos históricos com suas principais marcas e características. O *primeiro* período denominado de "*Cidade Política/Comercial*" se estendeu de 1780 a 1890 caracterizado principalmente pela riqueza do charque que produziu no seu sítio inicial as formas que estão na paisagem até a atualidade, bem como as obras como os grandes casarões na Praça Coronel Pedro Osório. O *segundo* período denominado "*Cidade Industrial Moderna*" se estendeu de 1890 a 1930 como um resultado do fim do Império Pelotas e de um investimento forte em industrialização e diversificação econômica, que impõem a saída da antiga cidade política. No *terceiro* período se estende de 1930 a 1950 em que emergem a "*Cidade Residencial/Comercial*", a partir de um novo surto econômico considerado o auge da cidade industrial, onde a modernidade toma conta da região portuária com grandes superfícies industriais, modificando-se o centro com a verticalização residencial e comercial que reproduz então o espaço de moradia para as

classes de maior renda, fixando assim no centro as maiores atividades urbanas e dando ao mesmo o papel de centralidade residencial e comercial. O seu *quarto* período, que pode ser denominado - a "*Cidade Grande*", ou seu terceiro período de Industrialização, abrange o período de 1950 a 1970. Esta também é a época da indústria conserveira, que agora se instala fora dos limites centrais começando inclusive na área rural. A cidade já estava maior e alargada, com as redes de infraestrutura interligando o centro e bairros. Esse período chega ao fim nos anos de 1980 (a década perdida) e no início do processo de reestruturação produtiva, onde as grandes indústrias monopolizam a produção a nível mundial, marcando o fim do ciclo industrial em Pelotas. O *quinto* período, que inicia nos anos de 1990 e se estende até o presente, pode ser denominado "*Cidade Global*", sem parafrasear Saskia Sassen (*The Global City, 2001*); embora possa ter relação, não será explorada aqui. Uma transformação rápida de grande impacto no comércio, com a entrada de novos produtos e novas práticas de consumo, com a substituição por novas lojas, adaptadas ao mercado global e a iniciativa local tem seu papel reduzido, pois as redes de varejo desfrutam de um capital e de uma economia de escala maior gerando preços mais baratos e conduzindo as novidades no mercado, que é o que gera o desejo de compra – o comércio assume a construção do espaço. Os grandes investimentos imobiliários residenciais e comerciais passam a concorrer com o que passou a ser chamado centro antigo ou centro histórico, que perde sua centralidade, onde agora a "ordem próxima é substituída pela ordem distante, tanto pela distância que o produto é transportado", mas também, pelos ideais que os mesmos carregam. Não há "mais espaço representado e sim representação do espaço, onde produto e espaço são consumidos" (PETER, 2010, p. 140).

227

Nesta perspectiva Tejada e Baggio (2013) demonstram que a economia de Pelotas segue fortemente assentada no setor de serviços cuja estrutura consolidada historicamente mantém-se relativamente inalterada durante o longo período estudado (1930-2009), ratificado pelos dados do estudo do SEBRAE sobre a participação dos principais setores no valor adicionado, que alcançou a cifra de R\$ 6.729 milhões em 2015, dos quais 3% são provenientes do setor da agropecuária, 13% relativos à indústria, enquanto que 84% são correspondentes ao setor de serviços, conforme estudo realizado pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul (SEBRAE-RS, 2018).

Em 2016, Pelotas alcançou o PIB per capita de R\$ 22.629,54, que o colocava em 1780º lugar entre os 5570 municípios do país, em 362º entre os 497 municípios do Rio Grande do Sul e o 3º entre os 10 municípios da microrregião, com um total de receitas realizadas de R\$ 971.193.150,00, sendo o 82º no ranking do país, o 4º no estado e o 1º lugar na microrregião. Destaca-se também que 61,4% das receitas foram oriundas

de fontes externas em 2015, demonstrando que o município possuía uma significativa capacidade de arrecadação própria, superando 85,89% dos 5570 municípios do país (IBGE Cidades, 2019).

Para o estudo do mercado de trabalho comungamos com a concepção de Vargas e colaboradores (2018, p.4) para quem

O mercado de trabalho deve ser analisado como um espaço social condicionado por um conjunto complexo de fatores, pelo Estado e regras jurídicas politicamente instituídas, pelas condições históricas e econômicas passadas, pelas relações, conflitos e lutas entre os atores sociais, bem como pelas crenças, valores e sentimentos que orientam cotidianamente suas práticas.

Embora todos os setores econômicos foram impactados de algum modo pela reestruturação, nem todos sofreram desestruturação. Esse é o caso do setor mecânico, que apesar das mudanças ocorridas apresentou uma dinâmica positiva no período de 1995-2012, de acordo com estudo de Lemos e Cargnin (2014). Portanto, o município de Pelotas, acompanhou a dinâmica do Estado do Rio Grande do Sul no setor mecânico, passando de 175 empregados para 1.018, respectivamente, apresentando um crescimento de 481,71% (LEMOS; CARGNIN, 2014). Dentre outros fatores, este desempenho pode ser claramente associado aos estímulos produzidos pelos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) direcionados para a região.

Outro setor importante da economia pelotense é o da indústria conserveira de frutas e hortaliças, que por sua vez foi profundamente afetado pelas transformações econômicas, conforme Ferreira (2011). A indústria conserveira surgiu no município de Pelotas no final do século XIX e início do século XX, quando se formaram pequenas fábricas nas propriedades dos produtores rurais. Até os anos 1970 os empreendimentos eram basicamente artesanais. A partir desse período surge o Distrito Industrial associado à organização das grandes indústrias, transformando a região na maior produtora de conservas de pêssego do país. "Porém, ao longo da década de 1990, a maioria das empresas, não suportando a concorrência dos empreendimentos mais avançados em termos de produtividade, encerra suas atividades". (FERREIRA, 2011, p. 48). No final de 1980 quase trinta fábricas fecharam ocasionando um grande aumento do desemprego.

[...] a partir de 1980, as narrativas e documentos começam a apontar um cenário de "crise" em uma tentativa de explicar o fechamento da maioria das fábricas do setor nesses anos. Das 100 empresas que se registrava em 1950, havia somente 40 em 1980 e 18 nos fins do mesmo decênio. No final da primeira década de 2000, existiam apenas 12 fábricas de conservas na região (FERREIRA, 2011, p. 50).

Desde 1990 as indústrias de conservas têm se dedicado à industrialização exclusiva do pêssego. Antes deste período grande parte das delas, na entressafra do pêssego, industrializava figo, ameixa, abacaxi, ervilha, milho, entre outros. Tal opção está relacionada com maior a flexibilidade do mercado de trabalho. “Produzindo apenas na safra, lançam mão de contratos de poucos meses, demitem sem aviso prévio, férias e seguro desemprego” (FERREIRA, 2011, p. 54), característica do processo de precarização do trabalho resultante da reestruturação produtiva imposta neste período.

Analisando o mercado de trabalho formal no município no período de 1990 – 2002, a partir dos dados fornecidos pela RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, Collares e Faria (2006, p.28) identificaram que ao longo do período “a reestruturação da atividade produtiva impactou agudamente o mercado de trabalho em Pelotas, reduzindo, em uma década, 13.064 empregos formais (21,91%)”. O mesmo fenômeno já havia sido identificado por Sternberg (2002) em estudo da Fundação de Economia e Estatística (FEE) do Rio Grande do Sul, mostrando que, em conjunto, o estado acumulou uma perda de 3,4% do total dos empregos formais ao longo dos anos 90, passando de um contingente de 1.879 mil para 1.815 mil em 1999, no setor.

Este processo, no município de Pelotas, acarretou a exclusão de um grande número de trabalhadores com uma considerável queda no número de empregos entre 1990 e 2000, com incidência maior para os homens, que reduziu de 62,41% para 59,48, nos respectivos anos, enquanto que para as mulheres houve um acréscimo de 37,59% para 40,53%, respectivamente, impactando no perfil da força de trabalho local, pelos dados da RAIS-MTE (COLLARES; FARIA, 2006).

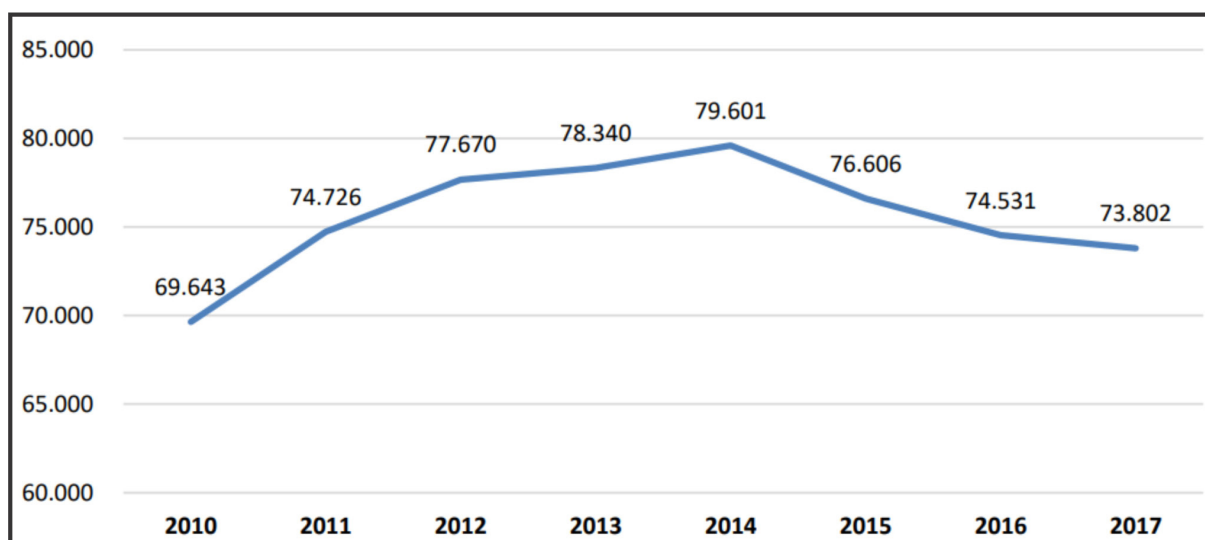
De acordo com Collares e Faria (2006), especialmente o setor da indústria de conservas apresenta-se historicamente como espaço produtivo concentrador da força de trabalho feminina. Constataram também alterações importantes que revelaram a presença de trabalhadores com idades mais elevadas e com mais alto grau de escolaridade. Isso significa que mudanças nesse setor afetaram diretamente o peso e a composição da força de trabalho feminina na indústria, o que contrastou com os demais setores de atividade econômica nos quais a participação das mulheres teve comportamento diferenciado. Essa realidade aprofunda a segmentação do mercado de trabalho. Nas conclusões, os autores apontam para uma perda significativa de empregos formais no período analisado (anos de 1990), como resultante da reestruturação produtiva, com introdução de novas tecnologias que dispensou inúmeros trabalhadores.

Na década de 1980, o setor de conservas chegou a empregar em torno de 17.000 mil pessoas. Em 2011 empregava aproximadamente 3.000 mil trabalhadores/as. Reduziram-se os custos com a força de trabalho sem reduzir a produtividade

(FERREIRA, 2011).

O comportamento da evolução anual dos estoques de empregos formais apresenta uma pequena diferenciação entre o Brasil e Pelotas-RS na série que se estende de 1985 a 2013. No Brasil, o número de empregos se apresenta praticamente inalterado de 1985 até o ano de 2000, a partir do qual inicia uma caminhada crescente até o final da série em 2013. Como pode ser observado no gráfico 1 a seguir, a evolução anual do estoque dos empregos formais no município de Pelotas apresenta um estoque maior nos anos de 1980, iniciando o período de queda em 1990, chegando ao seu patamar mais baixo em 1998 e só recuperando o estoque do início da série em 2009. Os estoques de Pelotas iniciam efetivamente uma recuperação em 2001, que segue em uma ascendente até o final da série em 2013. Isso confirma os anos de 1990 como o período dos impactos da reestruturação produtiva no mercado de trabalho de Pelotas.

Gráfico 1 - Evolução anual dos estoques de empregos formais do município de Pelotas

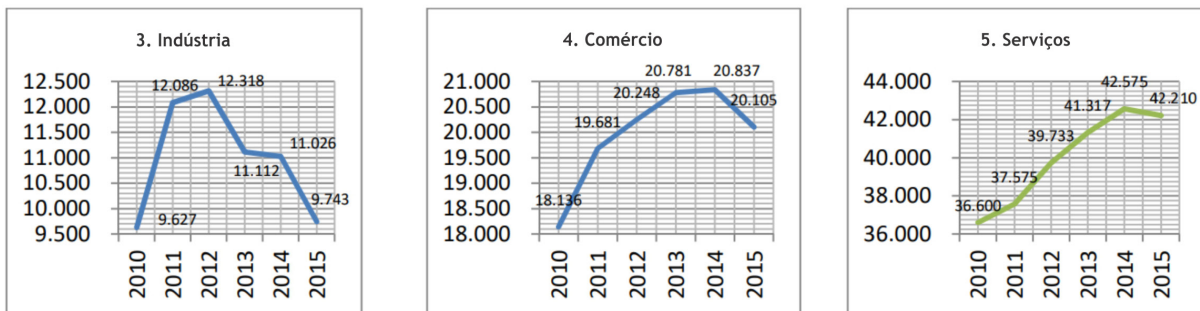


Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – MTE. Elaboração: Observatório Social do Trabalho, UFPel, 2018.

Apesar de ter sido relevante a recuperação, especialmente a partir de 2002, o quadro de postos de trabalho perdidos se manteve restritivo, ou de lenta recuperação até meados dos anos 2000. Assim, de acordo com os diversos autores analisados, verifica-se que a reestruturação produtiva atingiu os postos de trabalhos em todos os setores, mas foi sobre a indústria que ela agiu de forma mais intensa, dificultando a recuperação do setor, reduzindo consideravelmente os postos de trabalho, afetando principalmente as mulheres, que eram a principal força de trabalho nestas indústrias.

A partir da segunda metade da atual década o mercado de trabalho no Brasil, assim como de Pelotas, vem passando por uma forte crise, com a queda dos estoques de empregos formais, como evidencia o gráfico 2 a seguir.

Gráfico 2 - Evolução do estoque de empregos formais, vínculos ativos em 31/12, Pelotas, 2010 a 2017.



Fonte: Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia, RAIS. Elaboração: Observatório Social do Trabalho, UFPel, 2018.

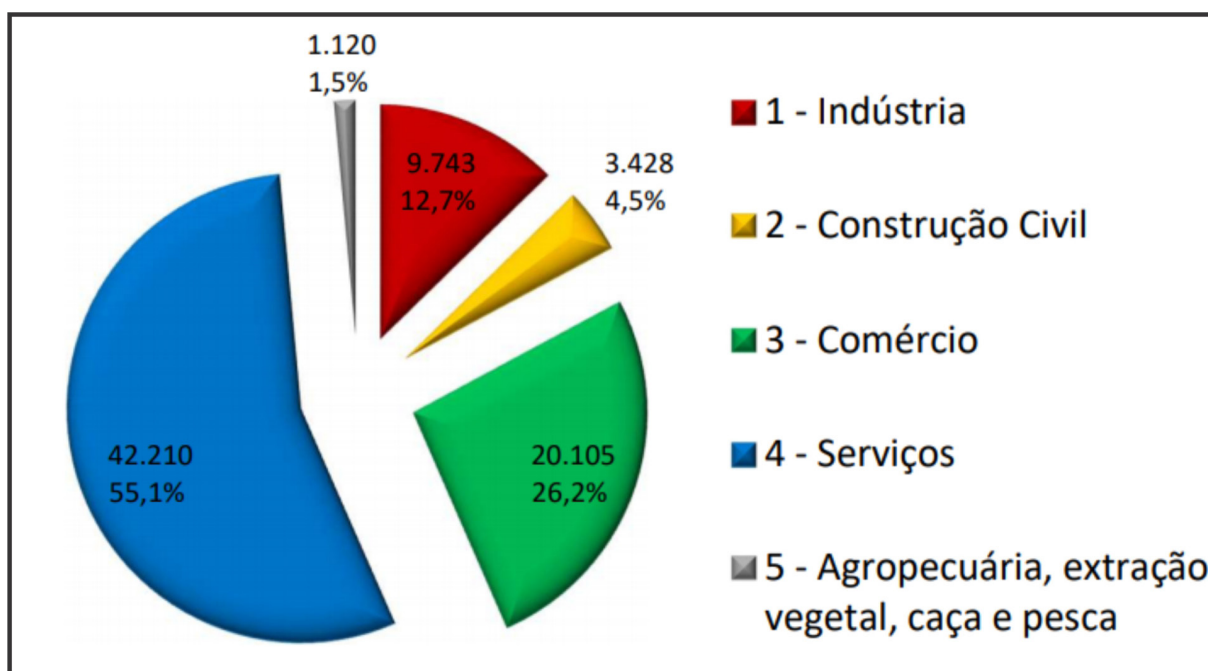
Como se pode verificar pelos dois gráficos acima, após um longo período de crescimento ininterrupto, que se estende de 2000 até 2014, refletiu-se o desempenho geral da dinâmica econômica do país, que apresentou uma taxa média anual de crescimento de 4,7%, enquanto que Pelotas, em ritmo mais lento, aumentou 3,6% ao ano seu estoque de empregos formais. Em 2010, Pelotas possuía um estoque de empregos formais de 69.643, chegando a 79.601 em 2014, com a geração de 9.958 novos vínculos, que representa um aumento de 14,3% no estoque de empregos formais, no período (VARGAS *et al.*, 2018).

No entanto, devido à crise política e a recessão econômica que se abateu sobre o país, de forma mais evidente a partir de 2015, ocorre à perda de empregos até 2017, conforme pode ser visto no gráfico 2 acima.

Com relação à estrutura da distribuição setorial do emprego formal em Pelotas no período de 2010 a 2015, verifica-se comportamento diferenciado entre os principais setores econômicos no município – indústria, comércio e serviços.

Conforme o relatório do mercado de trabalho em Pelotas de 2016 (VARGAS *et al.*, 2016), enquanto os empregos formais na indústria iniciam sua queda já em 2013, no setor de comércio a queda significativa ocorre apenas em 2015, assim como no setor de serviços, sendo que este, apresenta uma queda menos acentuada, conforme pode ser visualizado no gráfico 5 a seguir.

Gráficos 3, 4 e 5 – Evolução Anual do Estoque de Emprego Formal, Vínculos Ativos em 31/12, Indústria, Comércio e Serviços, Pelotas, 2010 a 2015.



Fonte: Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia, RAIS. Elaboração: Observatório Social do Trabalho, UFPel, 2016.

232

No perfil do mercado de trabalho, cabe destacar que a participação das mulheres no "trabalho assalariado no município de Pelotas equipara-se à do estado do Rio Grande do Sul, que também é de 46,3%, e supera a participação das mulheres no estoque total de vínculos do Brasil, que é de 43,7%" (VARGAS *et al.*, 2016b). Os mesmos autores, sistematizando e comparando os dados do Censo Demográfico de 2000 e 2010, apontam que houve pouca variação no período, na condição de ocupação entre homens e mulheres, destacando-se que a População Economicamente Ativa (PEA) das mulheres aumentou de 43,9% em 2000 para 44,6% em 2010. No entanto em 2010 as mulheres se encontravam em maioria na categoria de População em Idade Ativa (PIA), População Não Economicamente Ativa (PNEA) e na População Desocupada (PD) com 53,2%; 65,1%; 52,9%, respectivamente, enquanto que eram minoria na População Economicamente Ativa (PEA), População Ocupada (PO), com 44,0%, 42,1%, respectivamente.

Portanto, os dados e informações aqui apresentados buscaram caracterizar o processo de reestruturação econômica de Pelotas, que em grande medida, segue o comportamento da dinâmica econômica nacional, estadual e regional, com seus

reflexos no local, com pouca variação.

Considerações finais

De modo geral, em todo universo capitalista conduzidas pelas políticas e ideais do neoliberalismo, os impactos da reestruturação produtiva puderam ser registrados em seus traços marcantes, verificando-se variações e particularidades em distintas regiões do mundo, bem como em países, como o caso brasileiro, enquanto um país de capitalismo dependente e periférico.

Atualmente, a precarização do trabalho assume inúmeras formas: informalidade, onde os trabalhadores assalariados não possuem registro e grande parte deles trabalha por conta própria; subocupados por insuficiência de horas; empregos instáveis mesmo para aqueles com carteira assinada. Estas têm gerado a recente retomada do desemprego em massa e a degradação das condições de vida da maioria da população, que é a mais pobre.

Assim, a reestruturação produtiva trouxe como consequências negativas o desemprego estrutural (automação), a desconcentração e deslocalização de atividades econômicas, desnacionalização do capital, a precarização do trabalho e a perda de direitos trabalhistas (desregulamentações). Como afirma Serafim Gomes (2011, p.55) “[...] a reestruturação produtiva passa ser considerada uma resposta à crise estrutural do capital”, construída e imposta pelo capital, mas também, para o capital, poder-se-ia acrescentar.

O mesmo ocorre internamente no Brasil, com variações e particularidades em suas distintas dinâmicas econômicas regionais, segmentos econômicos e, mesmo, municípios. Aqui a ampliação da precarização no mercado de trabalho é resultado: da redução dos direitos, especialmente com a reforma trabalhista ocorrida em 2017; da ineficiência do setor econômico, pela incapacidade de gerar postos de trabalho suficientes e adequados para os trabalhadores; da ausência de políticas públicas de geração de empregos de qualidade e de proteção aos indivíduos desempregados (DIEESE, 2019).

A partir da literatura consultada, dos estudos analisados e dos dados reunidos aqui, fica fortemente evidenciado os impactos da reestruturação produtiva que se impôs a partir dos anos de 1990 no município de Pelotas-RS.

Evidencia-se também que o comportamento dos indicadores aqui apresentados sobre a dinâmica econômica de Pelotas, acompanha a macro dinâmica do País, do estado do Rio Grande do Sul e da Região Sul do Rio grande do Sul, pois se insere

no conjunto dos maiores PIB do país, ocupando o 126º lugar, com um PIB de R\$ 7.776.664,00, em 2016, de acordo com IBGE.

Em Pelotas, a reestruturação trouxe serias consequências para o mundo do trabalho, que envolveu a perda de postos de trabalho formal; a precarização do trabalho com a redução da remuneração; mudança no perfil da força de trabalho com a redução da participação das mulheres e jovens, especialmente no setor industrial; ampliação da informalidade, dentre outras.

Contribuíram para isso, às mudanças nos setores econômicos especialmente da indústria, em particular na conserveira, no aprofundamento do desemprego, pela imposição tecnológica e desregulamentação, aumento do trabalho terceirizado, enquanto no setor agropecuário as mudanças implicaram na precarização, emprego temporário (os safristas) nos estabelecimentos rurais de Pelotas.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Giovani. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal – Precarização do trabalho e redundância salarial. **Revista Katálisis**. Florianópolis v. 12 n. 2 p. 188-197 jul./dez. 2009
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. São Paulo, Cortez, 2000.
- ATAÍDE, Marlene Almeida de. O mundo do trabalho no Brasil a partir da década de 90: uma questão em análise. **MÉTIS: história & cultura** – v. 11, n. 22, p. 329-345, jul./dez. 2012
- BEZERRA, Juliana. **Primeira Revolução Industrial**. Site Toda Matéria. 2018. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/primeira-revolucao-industrial/>>. Acesso em: 03 Dez. 2018
- BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 905, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019**.
- BREDOW, Valdirene Hessler; PEREIRA, Ani Camila Barcellos. **As relações de gênero e trabalho entre os anos de 1990 e 2010 no município de Pelotas/RS**. ANAIS - Volume. 01, ed. 01, 2016
- CHANNEL, L'émi. Charlie Chaplin Modern Times 1936. Youtube, 12 jun. 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=o-x2QArMpEQ>>. Acesso em: 28 nov. 2017.
- COLLARES, Leni B. C.; FARIA, Elásio Soares de. **Gênero e mercado de trabalho em Pelotas: balanço dos últimos anos**. In: Mulher e trabalho. 2006. p. 27-39.

- COSTA, Lúcia Cortes da. **Os impasses do Estado capitalista:** uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil. Ponta Grossa, PR: UEPG; São Paulo: Cortez, 2006
- COSTA, Ângelo Fabiano Farias da; AMORIM, Helder Santos. **Nota pública sobre a MP 905/2019.** Brasília/DF, 2019. Disponível em: <[http://www.anpt.org.br/attachments/article/3604/NOTA%20P%C3%9ABLICA%20CONTRA%20MP%20905-2019%20\(1\).pdf](http://www.anpt.org.br/attachments/article/3604/NOTA%20P%C3%9ABLICA%20CONTRA%20MP%20905-2019%20(1).pdf)>. Acesso em: 29 nov. 2019
- DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **O novo desmonte dos direitos trabalhistas:** a MP 905/2019. Nota Técnica, N° 215, nov. 2019. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec215MP905.html>>. Acesso em: 29 nov. 2019
- FALEIROS, Vicente de Paula. **A política Social do estado capitalista:** as funções da previdência e assistência sociais. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- FALEIROS, Vicente de Paula. **O Serviço Social no cotidiano:** fios e desafios. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 120, p. 706-722, out./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n120/07.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2017.
- FERREIRA, Laura Senna. Setor de conservas da região de Pelotas (RS): mudanças na produção e conservadorismo nas relações de trabalho. **Em Debat: Rev. Dig.**, ISSNe 1980-3532, Florianópolis, n. 5, p. 47-63, 2011
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 2004.
- IBGE- Cidades. **Panorama:** Pelotas, Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pelotas/panorama>, acessado em novembro de 2019.
- LEMOS, Bruno de Oliveira; CARGNIN, Antônio Paulo. **Características da distribuição territorial da indústria de transformação no Estado do Rio Grande do Sul.** Textos para Discussão FEE N° 126. Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã. Porto Alegre, 2014.
- MATTOS, Fernando Augusto Mansor de et al. Auge e declínio dos indicadores do mercado de trabalho brasileiro: da era lulista à política econômica da “ponte para o futuro”. **Revista NECAT** – Ano 7, n° 13 Jan-Jun. 2018. Disponível em: <<http://stat.ijie.incubadora.ufsc.br/index.php/necat/article/view/5284>>. Acesso em: 04 dez. 2019
- PETER, André Pinho. **O papel do comércio na produção da centralidade em Pelotas-RS.** Universidade Federal do Rio Grande, Instituto de Ciências Humanas e da Informação. Rio Grande, 2010. (Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Geografia
- SANTOS, Luis Alberto dos. Nota Técnica. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP, 2019. Disponível em <https://www.diap.org.br/index.php/>

noticias/agencia-diap/29155-diap-elabora-nota-tecnica-sobre-a-controversa-mp-905-19, Acesso em 30/11/201

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICROE PEQUENAS EMPRESAS DO RIO GRANDE DO SUL - SEBRAE-RS. Perfil das cidades gaúchas: Pelotas 2018. Porto Alegre, 2018.

SERAFIM GOMES, Maria Terezinha. **O debate sobre a reestruturação produtiva no Brasil.** Raega - O Espaço Geográfico em Análise, [S.l.], v. 21, abr. 2011. ISSN 2177-2738. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/21231>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

SILVEIRA, A. D. da, et al. **Cadernos de regionalização:** PPA 2016-2019. Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. Porto Alegre, 2015. 118p. Disponíveis em: <https://planejamento.rs.gov.br/cadernos-regionais>, acessado em 16/12/2018.

STERNBERG, Sheila S. Wagner. **O mercado formal de trabalho no RS e em suas regiões, na década de 90.** Indicadores Econômicos. FEE, Porto Alegre, v. 30, n. 2, p. 221-250, set. 2002.

TEJADA, César Augusto Oviedo; BAGGIO, Giovani. O desempenho econômico de Pelotas (1939 – 2009): uma análise comparativa com os principais municípios do interior do RS. **Teoria e Evidência Econômica** - Ano 19, n. 41, p. 118-149, jul./dez. 2013

TURMENA, Leandro. **O público, o privado e o Estado sob a lógica do Capital:** a expansão do Ensino Superior no Sudoeste do Paraná. Universidade Estadual de Paraná, Curitiba, 2009. (Dissertação - Mestrado em Educação – Linha de Pesquisa: História e Políticas Educacionais)

VARGAS et al. **O mercado de trabalho em Pelotas-RS:** relatório anual 2018. Universidade Federal de Pelotas. Instituto de Filosofia, Sociologia e Política. Observatório Social do Trabalho. Projeto de Cooperação Técnica MTb/UFPel. Núcleo de Análises Urbanas (NAU). Pelotas, 2018.

VARGAS et al. **O mercado de trabalho em Pelotas-RS:** relatório anual 2016. Universidade Federal de Pelotas. Instituto de Filosofia, Sociologia e Política. Observatório Social do Trabalho. Projeto de Cooperação Técnica MTb/UFPel, Núcleo de Análises Urbanas (NAU). Pelotas, 2016.

VARGAS et al. **Evolução do mercado de trabalho no município de Pelotas:** dados comparativos dos Censos Demográficos de 2000 e 2010. Universidade Federal de Pelotas. Instituto de Filosofia, Sociologia e Política. Observatório Social do Trabalho. Projeto de Cooperação Técnica MTb/UFPel, Núcleo de Análises Urbanas (NAU). Pelotas, 2016b.